

USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A.

CNPJ/MF Nº 60.892.099/0001-60

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às exigências Legais e Estatutárias, apresentamos a seguir as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/3/2022.2. Permanecemos ao dispor dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos. Cosmópolis, 05 de agosto de 2022.

Balanco patrimonial em R\$ mil - Em milhares de reais				Demonstração do resultado				Demonstração das mutações do patrimônio líquido				Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto			
Notas		2022	2021	Notas		2022	2021	Notas		2022	2021	Notas		2022	2021
Ativo				Passivo e patrimônio líquido				Reser. Ajustes de valor de avaliação				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Circulante				Circulante				Prejuízos acumulados				Lucro Líquido (prejuízo) do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa				Caixa e equivalentes de caixa				Prejuízo do exercício				Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao lucro gerado nas atividades operacionais			
Aplicações Financeiras				Empréstimos e financiamentos				Prejuízo do exercício				Depreciação do imobilizado			
52.560				52.560				52.560				25			
7				11				9				25			
2.425				121.546				234.937				67.954			
2.401				88.161				84				53.504			
13.511				142.516				16.261				25			
52.560				142.516				16.261				25			
11.083				9.333				42.006				34.039			
9.333				9.333				42.006				34.039			
23.710				97.369				30.000				28			
14				2.285				30.000				28			
150.738				134.760				30.000				28			
4.028				4.251				30.000				28			
1				1				30.000				28			
5.013				2.838				30.000				28			
12				1				30.000				28			
306.470				253.138				30.000				28			
Ativo não circulante				Ativo não circulante				Prejuízo do exercício				Prejuízo do exercício			
Restritivo LP				Forneceedores e financiamentos				Prejuízo do exercício				Prejuízo do exercício			
29				273.990				42.888				42.888			
19				5.024				19				19			
11				14.455				19				19			
21				5.000				19				19			
12				120.409				19				19			
21				120.409				19				19			
26				5.000				19				19			
71.113				86.567				19				19			
2.010				2.656				19				19			
376.497				352.654				19				19			
13				159.150				19				19			
5.680				3.942				19				19			
667.135				605.068				19				19			
973.605				858.206				19				19			

1. Contexto operacional A Usina Açucareira Ester S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Cosmópolis/SP, tem como atividade preponderante a industrialização e comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar. Aproximadamente 50% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, em terras da Companhia e de parcerias agrícolas e 50% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. A safra 2021/2022 foi marcada por uma seca intensa no outono e eventos de temperaturas bem baixas, inclusive com a ocorrência de geadas. Esses fenômenos diminuíram a produtividade de dos canaviais, inclusive com a antecipação de colheita de alguns dos canaviais, o que impactou as safras. As condições climáticas ainda estão sendo monitoradas. O agronegócio da guerra entre Ucrânia e Rússia continua sendo monitorada pela Companhia, como forma de mitigar as possíveis interrupções no fornecimento de insumos agrícolas, a Ester ampliou sua capacidade de utilização da vinhaça localizada, importante fonte de potássio para a cana, de forma a suprir 80% da área de tratamentos, além disso, estabeleceu contratos de longo prazo para o fornecimento de fontes orgânicas de adubação. Considerando a importância do diesel para suas atividades, a Companhia concretizou pedidos de compra para a safra 22/23 com as principais distribuidoras de combustíveis estabelecidas na cidade de Paulínia/SP, próxima a sede da Ester. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 29/07/2022. **1.1 Situação econômica e financeira da Companhia** A Companhia encerrou o exercício com R\$ 15.936 de aplicações financeiras, no primeiro trimestre da nova safra liberou uma operação de longo prazo com o Banco do Brasil no valor de R\$ 50.000, estruturou uma operação no mercado de capitais com a XP Investimentos no valor R\$ 30.000. Além destas ações confirmou a renovação das linhas de exportação com o Banco Pine, e encaminhou com o Banco BocomBBM, Itau e Banco do Brasil. Está previsto para o mês de outubro/22 a liquidação da linha de crédito PESA que trará sensível melhora nos índices de liquidez da Companhia. **1.2 Covid-19** A Companhia sempre preocupada com a saúde dos colaboradores em função da COVID-19, manteve as alterações de sua rotina e forma de trabalho adotando os protocolos estabelecidos pelas Agências de Saúde e pelo governo. Colaborou com a sociedade com objetivo de combater a pandemia através de doação álcool 70% para hospitais e órgãos públicos. Em função da abertura da economia global pós-covid-19, e aumento de preços ligado ao represseamento da oferta por causa da pandemia, observamos um aquecimento do mercado de commodities e uma alta importante nos preços do Açúcar e do Etanol. Por outro lado, a inflação persistente tem gerado uma pressão dos custos de produção da Companhia. O principal produto da Companhia continua sendo o etanol de qualidade para o mercado industrial interno e externo. No mercado de açúcar a Companhia aprovou a expansão das melhores ofertas de preços no mercado internacional para a fixação da produção, inclusive da Safra 2023/2024. **2. Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis em vigor, que não são de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) e ativos biológicos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração do valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras** Em razão da pandemia mundial decorrente da COVID-19, a Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID 19), que vem trazendo impactos relevantes na economia do Brasil e de diversos países do mundo, a Companhia adotou medidas de prevenção, reformulou processos e implantou programas de orientação, visando a segurança e bem-estar dos cooperados, clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros de negócios e demais grupos de relacionamento direto e indireto da Companhia. A Companhia continua monitorando os impactos do novo Coronavírus (COVID 19) em suas atividades operacionais e financeiras, e até a data de finalização dessas demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes a serem divulgados, bem como não identificou indícios que impliquem em mudanças nas aplicações das políticas contábeis ou na avaliação das estimativas e julgamentos contábeis críticos. A administração acredita que os eventos ou condições atuais não lançam dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando. O pressuposto de continuidade ainda é apropriado como base para a preparação das suas demonstrações financeiras. **3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 19/04/2020: • Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 27 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" • Definição de negócio: alterações ao CPC 1 "Constituição de Negócios" • Reforma da IFRS, alterações ao CPC 1 "Constituição de Negócios" • "Instrumentos Financeiros" • Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros • Benefícios Relacionados a Covid-19: Alterações para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: conceitos do CPC 06(R2) "Arrendamentos". As alterações mencionadas acima não tiveram impactos para a Companhia. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **3.2 Caixa restrito** O caixa restrito inclui valores que, por motivos contratuais ou outras questões de negócio, permanecem com sua movimentação restrita. Como a administração tinha expectativa de que o evento restritivo ocorre em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. O caixa restrito está atrelado como garantia do principal da dívida do PESA. O prazo de vencimento novembro de 2022. **3.3 Ativos financeiros** 3.4.1 Classificação A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensuração de custo amortizado A classificação depende do modelo de negócio da empresa para gestão dos ativos financeiros e dos termos contratuais dos fluxos de caixa. **3.4.2 Reconhecimento e mensuração** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade. A mensuração inicial é a valor justo e não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios de propriedade e a Companhia reconheça a receita quando mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em "Resultado financeiro" juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **Ativos mensurados ao custo amortizado** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Companhia de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.4.4 Duplicatas a receber de clientes** As duplicatas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são

classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. Os estoques operacionais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.6 Ativos biológicos** Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota14. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do valor justo do ativo biológico". **3.7 Depósitos judiciais** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinadas passivos ou ações movidas. Por conta destes questionamentos por ordem judicial ou estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sendo que haja caracterização da liquidação do passivo. **3.8 Imobilizado** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, a usina e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil líquido quando o reconhecimento como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	2022	2021
Edifícios e benfeitorias	25	25
Máquinas, instalações e equipamentos	4 a 30	30
Móveis e utensílios	2 a 10	10
Equipamentos de transporte	2 a 10	10

3.9 Impairment de ativos não financeiros Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável ("impairment"). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment os ativos agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **3.10 Forneceedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas pelo valor justo. **3.11 Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente pelo custo amortizado, se o ativo é amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou para venda pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **3.12 Provisões para demandas judiciais** As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem muitas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo em precatório. As provisões não incluem as perdas contingências futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no balanço patrimonial líquido no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são reconhecidos pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **3.14 Capital social** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.15 Reconhecimento de receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos, e a Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo de efetivo do regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.16 Arrendamentos/Parcerias** Até 31/03/2019, os arrendamentos nos quais a Companhia detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período de arrendamento. O ativo imobilizado adquirido em arrendamentos financeiros era depreciado ao longo da vida útil do ativo ou ao longo da vida útil do ativo e o prazo do arrendamento, dos dois o menor, se não houvesse certeza razoável de que a Companhia iria pagar a posse sobre o ativo no final do prazo do arrendamento. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais, quando a Companhia não detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período. A receita de arrendamentos operacionais é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são

Ativos	2022	2021
Produtos acabados	14	14
Açúcar	10.715	5.393
Etil	12.995	16.641
Alcoolimafinado e outros	23.710	22.047

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custos das vendas" totalizou R\$ 209.530 (2021 - R\$ 180.806). **10. Adiantamento a fornecedores**

Ativos	2022	2021
Fornecedores de materias	833	658
Fornecedores de cana	3.195	3.593
	4.028	4.251

11. Impostos a recuperar

Ativos	2022	2021
ICMS	11.624	7.431
PIS e Cofins	13.209	25.249
Outros	9.380	4.096
	34.213	36.776

Circulante 43.402 35.941
Não circulante 10.460 835

A administração efetua avaliação sobre a recuperabilidade dos seus impostos e não identificou necessidade de perda por impairment de nenhum montante, visto que, os recebimentos e compensações ocorrem tempestivamente. A Companhia possui pedidos de compensação de tributos feitos junto às autoridades fiscais que totalizam R\$ 6.130. **12. Outros créditos**

Ativos	2022	2021
Processo Administrativo IAA	(i) 5.217	5.217
Indenização	(ii) 774	754
Arrendamento	(iii) 20.000	20.000
Outros	(iv) 5.307	3.151
	31.298	9.233
Circulante	5.013	818
	26.285	8.415

O saldo de R\$31.298 (2021 - R\$ 9.123) no circulante e não circulante refere-se a: (i) ressarcimento de valores de processo administrativo federal, relativos ao indébito de anos anteriores da Contribuição ao Instituto do Açúcar e Alcool. A Companhia está discutindo judicialmente atualização monetária sobre o valor do indébito ainda não reconhecida; (ii) indenização a receber decorrente da instituição de serviço administrativa em imóvel de propriedade da Companhia; (iii) venda da totalidade das cotas da empresa Eleodora I Empreendimentos Imobiliários Ltda, (iv) prêmio de seguros a apropriar e conta corrente de empregados e outros. **13. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento/parceria** (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos/parcerias:

Ativos de direito de uso	2022	2021
Parceria agrícola	100.818	79.901
Arrendamento de terras	107.941	76.237
Arrendamento de máquinas, equipamentos e veículos	3.076	3.012
	211.835	159.150

Passivos de arrendamentos 50.707 42.035
Não circulante 153.282 120.409
203.989 162.444

(ii) Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso Em 31/03/2022:
Parceria agrícola (13.022)
Arrendamento de terras (35.729)
Arrendamento de máquinas, equipamentos e veículos (1.042)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras) (11.065)

Em 31 de março de 2021:
Arrendamento de terras (18.360)
Arrendamento de máquinas, equipamentos e veículos (7.296)
Arrendamento de terras (10.793)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras) (10.612)

(iii) Passivos de arrendamento/parcerias As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento/parcerias são apresentadas no quadro abaixo:
Saldo dos passivos de arrendamento / parcerias em 31 de março de 2020 159.058
Adição por novos contratos 4.026
Pagamentos 27.238
Pagamentos (38.497)
Ajuste a valor presente 10.617
Risco de passivos de arrendamento / parcerias em 31 de março de 2021 162.444

Edifícios e benfeitorias 25
Instalações e equipamentos 4 a 30
Máquinas, instalações e equipamentos 4 a 30
Móveis e utensílios 2 a 10
Equipamentos de transporte 2 a 10

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (506)
Transferências (1.674)
Saldo em 31 de março de 2021 88.674
Adições (572)
Transferências (280)
Em 31 de março de 2022 88.674
Em 31 de março de 2021 88.674

Saldo em 31 de março de 2020 88.674
Baixas (58)
Adições (50

Continuação...

Adições e exclusões:		
Despesas não dedutíveis	(2.488)	(29)
Outras exclusões permanentes	(682)	(96)
Impostos diferidos de anos anteriores (não) reconhecidos no exercício	(11.412)	21.815
Resultado com imposto de renda corrente e diferido	-	11.225

(b) Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Ativo		
Prejuízos fiscais (*)	63.023	64.008
Base negativa de contribuição social	22.756	23.111
Diferenças temporárias	3.094	2.626
	<u>88.873</u>	<u>89.745</u>

Passivo

Depreciação acelerada incentivada	(27.700)	(28.774)
Ativo biológico	(32.922)	(32.720)
Ajuste de avaliação patrimonial de terrenos	(3.451)	(3.151)
	<u>(63.773)</u>	<u>(64.644)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>25.100</u>	<u>25.100</u>

(*) A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados sejam integralmente realizados no prazo de 9 anos. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação das demonstrações financeiras da Companhia. **20. Partes relacionadas** O saldo ativo não circulante existente em 31/03/2022 de R\$ 7.051 (2021 - R\$ 6.568) refere-se a contrato de mútuo entre a Companhia e os acionistas no valor de R\$ 6.139 (2021 - R\$ 6.656), e o montante de R\$ 912 (2021 - R\$ 912) com a investida Ester Empreendimentos Imobiliários (participação de 5,75%) para prosseguimento do empreendimento. Sobre os contratos de mútuos incidem juros de 0,66% a.m. **Remuneração do pessoal-chave da administração** O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. No exercício findo em 31/03/2022, a remuneração paga a esses profissionais foi de R\$ 1.387 (2021 - R\$1.379). **21. Provisões para contingências e depósitos judiciais**

	Tributárias		Trabalhistas		Judiciais	
	Cíveis	Penais	Cíveis	Penais	Total	Total
Em 31 de março de 2020	169	147	6.493	6.809	4.633	4.633
Provisão/adção	-	-	4.633	4.633	-	-
Baixas/reversões	(1)	(15)	(4.063)	(4.079)	-	-
Em 31 de março de 2021	168	132	7.062	7.363	-	-
Provisão/adção	-	-	2.842	2.842	-	-
Baixas/reversões	-	-	(2.039)	(2.039)	-	-
Em 31 de março de 2022	168	132	7.866	8.166	-	-

A abertura do saldo de depósitos judiciais está assim demonstrada:

	2022	2021
Tributárias	789	5.574
Cíveis	133	133
Trabalhistas e previdenciárias	1.295	1.283
	<u>2.217</u>	<u>6.990</u>

Aos Administradores e Acionistas Usina Açucareira Ester S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Açucareira Ester S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Açucareira Ester S.A. em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de

Tributárias A Companhia é parte em diversas ações tributárias referentes à (i) exigibilidade da Contribuição ao extinto Instituto do Açúcar e Alcool, (ii) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e (iii) exigibilidade do ICMS sobre o álcool carburante. A Companhia obteve decisão favorável na ação pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e registrou créditos em anos anteriores, considerando o critério de mensuração com base no ICMS pago (parte incontroversa). Em 13/05/2021, o STF concluiu o julgamento do processo de repercussão geral, definindo que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS e da Cofins e que o valor a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não o efetivamente pago. Os efeitos dessa decisão foram modulados para repercutir a partir de 15 de março de 2017 (data do julgamento de mérito da ação), exceto para medidas judiciais e administrativas protocoladas anteriormente, como é o caso da Companhia. O montante dos créditos do PIS e Cofins registrados no exercício findo em 31/03/2022 é de R\$ 5.201. **Cível e trabalhista** A Companhia é parte em diversas ações cíveis referentes à (i) indenização por danos materiais e morais, e (ii) execuções de multas de natureza ambiental. A Companhia é parte em diversas ações trabalhistas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, e outros. A Companhia possui outras contingências de natureza trabalhista e cível cuja probabilidade de perda, segundo seus consultores jurídicos, é considerada possível e que, portanto, não foram registradas contabilmente. Tais contingências em 31/03/2022 totalizam R\$39.160 (2020 - R\$ 31.784). Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exame das autoridades fiscais, bem como a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável. **22. Adiantamento de Clientes** A companhia recebe de clientes principalmente do mercado externo valores antecipadamente de mercadorias que serão exportadas durante o ano safra seguinte. **23. Patrimônio líquido (a) Capital social** O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de março de 2022 é de R\$ 264.937 (2021 - R\$ 234.937), representado por 176.757 ações ordinárias nominativas (2021 - 71.142 ações), com valor nominal de R\$1.498 (2021 - R\$ 3.302). **Em 31/03/2022:**

	Ações	Valor	Participação
Acionista			
Anhunas S.A.	159.757	239.456	90%
Cia. Agrícola Nogueirapris	15.000	22.483	8%
Maniçoba Empreend. Imob. Ltda.	1.000	1.499	1%
Paulo Nogueira Júnior	1.000	1.499	1%
	<u>176.757</u>	<u>264.937</u>	<u>100%</u>

Em 31 de março de 2021:

	Ações	Valor	Participação
Acionista			
Anhunas S.A.	54.142	178.788	76%
Cia. Agrícola Nogueirapris	15.000	49.571	21%

Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança

Maniçoba Empreend.

Imob. Ltda.	1.000	3.289	1%
Paraju S.A.	1.000	3.289	1%
Total	<u>71.142</u>	<u>234.937</u>	<u>100%</u>

(b) **Reserva legal** A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a até 20% do valor total do capital. (c) **Ajuste de avaliação patrimonial** Conforme descrito na Nota 15, a Companhia utilizou os valores justos do ativo imobilizado como custo atribuído na data de transição. Os bens que tiveram o custo atribuído referem-se a terrenos. (d) **Dividendo mínimo obrigatório** De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31/03/2022 e 2021, não houve a distribuição de dividendos em função dos prejuízos acumulados. **24. Receita operacional líquida**

	2022	2021
Receita bruta na venda de produtos e serviços		
Açúcar	178.762	193.302
Alcool	281.657	356.225
Outros	6.134	14.546
	<u>466.554</u>	<u>564.072</u>
Impostos e deduções sobre vendas	<u>438.613</u>	<u>524.585</u>

25. Despesas por natureza

	2022	2021
Matéria-prima cana-de-açúcar, insumos e revenda		
Ajuste de preço de cana	209.530	180.806
Gastos com pessoal	20.318	12.634
Depreciação e amortização	41.879	42.387
Serviços de terceiros	101.993	81.236
Energia elétrica, água e telefone	56.916	60.202
Fretes sobre vendas	3.973	2.837
Outros	7.132	11.467
	<u>24.538</u>	<u>21.758</u>
Classificados como Custos dos produtos vendidos	<u>466.278</u>	<u>413.327</u>
Despesas com vendas	(389.376)	(341.324)
Despesas administrativas e gerais	(50.202)	(46.334)
	<u>(26.701)</u>	<u>(25.669)</u>
	<u>(466.278)</u>	<u>(413.327)</u>

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	2022	2021
Receitas		
Venda de imobilizado	(517)	723
Indenizações (l)i)	2.841	(2.406)
Outras receitas	22.149	2.192
	<u>24.474</u>	<u>508</u>

(i) O valor de R\$ 2.841 é, substancialmente, referente ao recebimento de depósito judicial de contribuição ao IAA no montante de

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, inde-

R\$ 1.154 e R\$ 1.432 indenizações de seguros. O valor de Outras receitas no montante de R\$ 22.149 trata-se de venda de cotas de participação na controlada Eleodoro I Empreendimentos Imobiliários Ltda valor de R\$ 20.000. **27. Resultado financeiro**

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamento	(62.330)	(43.718)
Realização ajuste a valor presente do passivo de arrendamento	(11.065)	(10.617)
Juros, variação monetária e resultado com derivativos	(13.071)	(18.047)
Outras despesas financeiras	(4.647)	(5.019)
	<u>(91.113)</u>	<u>(77.402)</u>
Receitas financeiras		
Juros	631	528
Variação monetária ativa / resultado com derivativo	7.370	3.798
Rendimentos de aplicações financeiras	12.695	13.233
Descontos recebido	1.890	873
	<u>22.585</u>	<u>18.433</u>

Variação cambial
Variação cambial passiva 14.251 (35.166)
Variação cambial ativa 7.343 12.236
Total da dívida 21.595 (22.930)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (46.934) (81.899)
Dívida líquida em 31/03/2020 380.455 159.058 (3.088) 536.425

As operações com derivativos referem-se a operações com NDF e estão vinculadas a entrega física de mercadoria. **28. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (a) Reconciliação da dívida líquida**

	2022	2021
Empréstimo e debêntures de curto prazo	253.472	173.434
Empréstimo de longo prazo	244.983	272.038
Passivo de arrendamento/parcerias	203.989	162.444
Total da dívida	702.445	607.916
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.425)	(2.401)
Dívida líquida	<u>700.020</u>	<u>605.514</u>

(b) **Movimentação da dívida líquida**

	Empréstimos Bancários	Passivos de arrendamentos/parceria	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31/03/2020	380.455	159.058	(3.088)	536.425
Movimentação que afetaram o fluxo de caixa				
Captção de empréstimos/arrendamentos	226.708	4.026	-	230.734
Pagamento de empréstimos/arrendamentos	(173.014)	(38.497)	-	(211.511)
Pagamento de juros	(32.916)	-	-	(32.916)
Outras	-	27.238	687	27.925
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-

pendentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten-

	Provisão de juros/ Realização de AVP	44.237	10.617	54.855
Divida líquida em 31/03/2021		445.471	162.443 (2.401)	605.513
Movimentação que afetaram o fluxo de caixa				
Captção de empréstimos/arrendamentos	249.636	748	-	250.384
Pagamento de empréstimos/arrendamentos	(194.141)	(40.268)	-	(234.409)
Pagamento de juros	(31.414)	-	-	(31.414)
Outras	-	69.938	687	70.625
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa				
Provisão de juros/ Realização de AVP	23.881	11.065	-	34.945
Divida líquida em 31/03/2022		493.432	203.926 (1.714)	695.645

29. Compromissos Venda de açúcar e etanol Considerando que a Companhia opera principalmente no mercado de commodities, as vendas são efetuadas mediante descontos ou prêmios comerciais contratuais calculados sobre preço de mercado ou fixados em bolsas de futuros. Entretanto, a Companhia possui acordos no mercado de açúcar e de etanol, vinculados a contratos de financiamento, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. **30. Seguros** Em 31/03/2022 e 2021, a Companhia possui cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para todo o estoque de açúcar e etanol e para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas no montante de R\$ 87.055.000,00. A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Coutinho Nogueira - Presidente;
Sérgio Luiz Coutinho Nogueira - Vice Presidente;
José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho;
Luiz Antônio Nogueira; Thiago Sousa Barros dos Santos;
Sidney Martins; Julimar Clemente de Souza

Diretoria Executiva

Thiago Sousa Barros dos Santos - Diretor Superintendente

Contador

Cristiano Donizete Diogo - CRC 15P 274331/O-6

ção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 29/07/2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5
Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 05/08/2022 18:28

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link